

MAS SE A POLÍTICA ECONÔMICA NÃO MUDA...

MESMO SEM ANGELA POR PERTO, DILMA NÃO QUER QUE IMITEMOS A GRÉCIA. PODEMOS, PORÉM, FICAR PIOR

por MINO CARTA

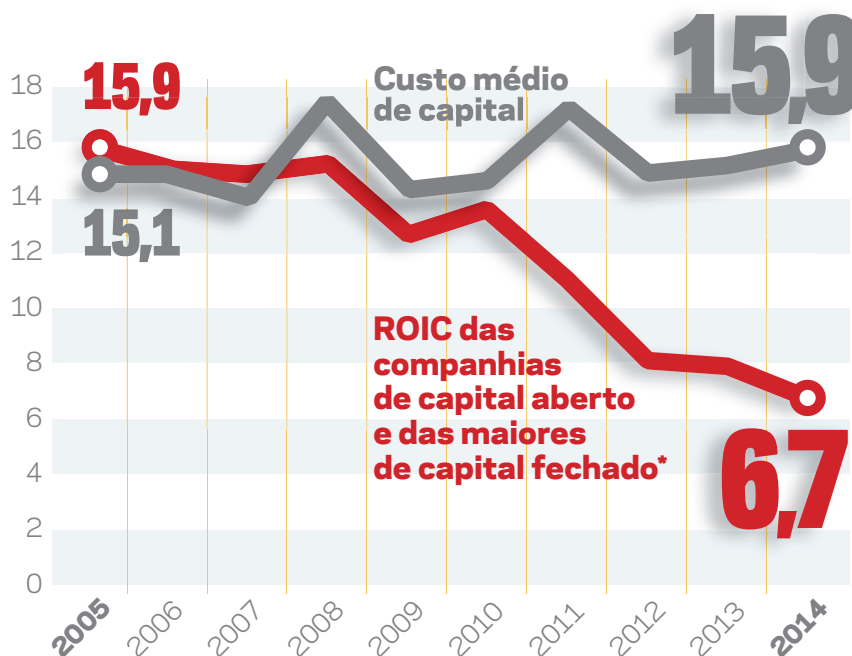
DILMAROUSSEFF perguntou aos entrevistadores dos jornais nativos na segunda 24: “Nós não queremos a Grécia, queremos?” Acabava de anunciar que uma reforma da Previdência Social se faz necessária, para o bem do povo brasileiro, excluídos, suponho, os possuidores de caríssimos planos de saúde, integrantes de uma categoria especial, embora também façam parte da nação. Ao menos teoricamente.

Na terça 25, tivemos ciência de que ninguém se surpreendeu entre os entrevistadores com a pergunta da entrevistada, a qual implica, obviamente, um não peremptório, ao admitir a incumbência de um risco grego a ameaçar o Brasil. Porque, dona Dilma? O País não figura na União Europeia, não tem Angela Merkel e seu ministro das Finanças nos calcanhares e, bem ao contrário da Grécia, é potencialmente um dos mais ricos do mundo, graças, antes de mais nada, a extraordinários favores da natureza.

O risco é outro. A prosseguir a política econômica em curso, caminhamos para o suicídio de uma nação, evento de dimensões históricas nunca dantes navegadas. Emerge da memória um episódio a que já me referi tempos atrás. Faz 37 anos um místico americano do fanatismo do

O CAMINHO DE JIM JONES

Retorno sobre capital investido e custo médio do capital, em %



*Sem Petrobras, Eletrobras e Vale

FONTE: CEMEC; ELABORAÇÃO: IDEIAS CONSULTORIA

Apocalipse doutrinou 917 crentes até levá-los ao suicídio para lhe seguirem o exemplo, fiéis na vida e na morte.

Dilma não é Jim Jones, mas quem quiser reparar no gráfico que ilustra estas páginas,

perceberá que o caminho está traçado. Que um país de 8,5 milhões de quilômetros quadrados e apenas 200 milhões de habitantes, pouquíssimos para tanto espaço, dono de terras férteis e riquezas imensas nas suas



Será que
o mea-culpa
é sincero?

entranhas, sofra a crise atual, avassaladora, é deslante inominável. Imaginar que a culpa é de Dilma Rousseff e dela somente, como milhões acreditam, é prova de uma insensatez sem limites, nascida da ignorância e da parvoíce, e também da credulidade e da despolitização, quando não do ódio de classe no caso de quantos não sofrerão com a reforma da Previdência Social.

A história conta, em proveito de quem ainda sabe ler, que a culpa abarca uma porção maior da sociedade brasileira, muito maior do que governantes contingentes. Refiro-me às chamadas elites, moradoras da casa-grande, e dos aspirantes a inquilinos, uns e outros empenhados até hoje em manter de pé a vivenda senhorial a par da senzala. A origem do mal está na permanência de um sistema inalcançado pelo Iluminismo e seus efeitos, embora convivamos com computadores e celulares (que no Brasil funcionam pessimamente). Em primeiro lugar, a insensatez reinante resulta do desconhecimento da Razão, com R grande mesmo, imposta para a modernidade pelo século das luzes.

Aquele século XVIII concentra os ideais de três revoluções, a francesa, a inglesa e a americana, é o século de Montesquieu e de Adam Smith, dos Founding Fathers e da Tomada da Bastilha. O pensamento então revolucionário moldou o mundo, mas não

aportou no Brasil até hoje. Parece que, por obra e desgraça do neoliberalismo, há décadas o mundo se distancia do pensamento iluminista, mas esta é outra conversa.

Fiquemos no Brasil. Houve alguns, raros, momentos a justificar esperança. A eleição de Getúlio em 50. No final dos anos 50 e começo dos 60. A eleição de Lula. Sempre damos para trás, de sorte a recompor a situação que parecia superada. É por isso que somente a conciliação das elites, vetusto instrumento dos autênticos donos

do poder, manterá Dilma na Presidência, sem detrimento das pressões destinadas a cercá-la e a acuá-la até o fim do segundo mandato. Não é descartável, em todo caso, a probabilidade de turbulências de intensidade variável em meio à monumental crise de duração prevista (talvez pelos otimistas) em dois anos. A incógnita diz respeito à situação social precipitada pelo aperto econômico que devolve à miséria aqueles que haviam saído dela durante o governo Lula.

Justa apreensão suscita a disseminação das favelas, a começar por São Paulo. Prever que os índices de criminalidade irão *in crescendo* é de praxe em um país cada vez mais desigual, onde no ano passado mais de 60 mil cidadãos morreram assassinados. Temos a chance de dilatar o número dos tombados. Haverá excelentes ocasiões para uma contribuição à chacina por parte dos fuzileiros da polícia.

Se a senzala se espalha, há inquilinos da casa-grande entregues a outro gênero de vicissitude. Volto a chamar a atenção para o gráfico: explica também os tormentos de inúmeros empresários. A desvalorização das indústrias abandonadas ao seu destino fermenta inexoravelmente. A do aço, para citar um exemplo, já perdeu 70% a 80% do seu valor. Ao comparar as trajetórias do gráfico, anotem o tamanho do desastre.



Um símbolo da moralidade coletiva
a 100 metros da Avenida Paulista

Dilma convoca os jornalões e faz seu *mea-culpa*, muito *sui generis*, bom que se diga. Erramos, sim, admite. No entanto, a política econômica não muda, donde as linhas do gráfico prosseguirão no rumo já definido, estacionária a azul, para baixo a vermelha. Jamais seremos iguais à Grécia de Tsipras, nem por isso viveremos melhor. Não resisto, porém, à tentação de perguntar aos meus intrigados botões: até onde vai a sinceridade do *mea-culpa*? Na zona situada entre o fígado e a alma, Dilma acredita mesmo ter errado? Não respondem, mas percebo neles uma expressão de dúvida aguda.

Na moldura dos eventos, a Operação Lava Jato é, de certa forma, muito menor do que a corrupção. Não esta de que se cogita, a de sempre. Nascida há cinco séculos da impunidade, reforçada pela construção da casa-grande e da senzala, ou, se quiserem, de sobrados e mocambos, a corrupção à brasileira é mal endêmico. Própria do jogo do poder, já vimos navegar neste mar icebergs mais imponentes que o petróleo, e nem se fale do chamado “mensalão” petista. Neste domínio, os tucanos são imbatíveis, mas a impunidade os bafeja automaticamente, digamos assim. De fato, o PSDB é o clube recreativo da casa-grande.

A indignação, estimulada em todas as camadas da população pela campanha midiática e por seus ecos difusos, transcende a percepção de que o mau costume viceja largamente também entre os indignados. O cartaz da foto da página 19, a prometer a solução para quem sofreu a suspensão da habilitação a dirigir, anuncia descaradamente a tramoia, garantida obviamente pela compra da complacência da repartição competente. A 100 metros da Avenida Paulista, em uma esquina paulistana frequentadíssima, altamente credenciada à sedução. É um estandarte da amoralidade coletiva. Quem entende como e por que o sistema está podre e se vale dele, ou é hipócrita ou covarde, salvo a minoria que reage contra o alvo certo. Quem não se dá conta, é porque vive no limbo e aceita qualquer vexame, como as chibatadas de antanho. •

NINGUÉM FAZ OPOSIÇÃO MELHOR DO QUE DILMA

DE COMO A PRESIDENTA DIFICULTA SEU PRÓPRIO GOVERNO E CRIA FOCOS DE INCÊNDIO EM VEZ DE APAGÁ-LOS

por ANDRÉ BARROCAL

MÉS TRÁGICO na história do Brasil, agosto termina da mesma forma que começou: cercado de incógnitas. Apesar de o ímpeto oposicionista na busca pelo *impeachment* ter sido refreado pelo poder econômico, preocupado com as consequências de medidas extremas, e continuar vivo apenas nos atos de Gilmar Mendes, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), o governo continua a criar problemas para si mesmo. Dilma Rousseff, de certa forma, não precisa de adversários. Ou melhor, parece cultivá-los no próprio quintal.

Na tentativa de retomar o controle da situação, a presidenta avança aos trancos e barrancos. Em entrevista a três jornais na segunda-feira 24, ensaiou um *mea-culpa*. Provavelmente convenceu pouca gente. Segundo ela, o governo demonstrou a “perceber que a situação (*econômica*) podia ser mais grave do que imaginávamos”. Admitiu o surgimento de sinais preocupantes em agosto do ano passado, mas, garantiu, a crise só ficou grave, “grave mesmo, entre novembro e dezembro”. A rádios do interior de São Paulo, na manhã seguinte, voltou a “dourar a pílula”, ao comentar o porvir: “2016 não será um ano maravilhoso. Mas também não será aquela dificuldade imensa que muitos pintam”. Será? Os indicadores



socioeconômicos continuam a piorar e há quem projete uma estagnação mais longa, ao menos até o fim de 2017.

As perspectivas do Brasil e a evolução da economia chinesa foram o prato principal de um jantar de Dilma na terça-feira 25, no Palácio da Alvorada, com sete empresários, entre eles Luiz Carlos Trabuco, do Bradesco, e Rubens

Ometo, da Cosan. A tentativa de depor Dilma também fez parte do cardápio e foi rejeitada. Trabuco já havia criticado a ideia. Às vésperas do jantar, foi a vez de Roberto Setubal, do Itaú, reforçar a posição. “Seria um artificialismo querer tirar a presidente neste momento. Criaria uma instabilidade ruim para a nossa democracia”, afirmou à *Folha de S.Paulo*.

Como um Otelo, a mandatária deu ouvido aos lagos de Brasília e investiu contra Temer

Desacreditado perante o PIB, forte razão para o *impeachment* não ter empolgado até aqui, o tucano Aécio Neves resolveu bater na política econômica, talvez com a esperança de criar uma fissura

EVARISTO SAI/AFIP



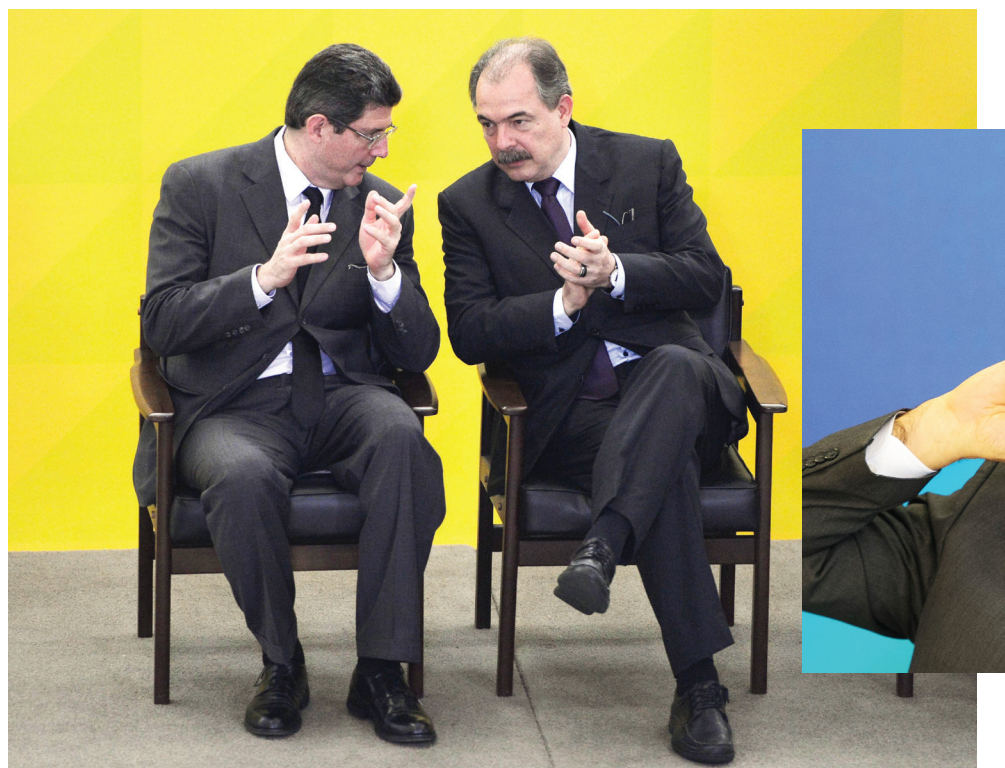
na tentativa de aproximação do Planalto com o empresariado. Lançou na praça suspeitas de que “começam a surgir novamente medidas inspiradas naquela nefasta nova matriz econômica que governou o Brasil nos últimos anos”. O mineiro não tem, contudo, lá muitas chances de êxito na função de cupido ao contrário, motivo pelo qual agora aposta todas as fichas do “Fora Dilma” no Tribunal Superior Eleitoral (*quadro ao lado*).

Na entrevista aos jornais, Dilma, de certa forma, admitiu que a vaca tossiu, ao contrário de sua famosa afirmação na corrida presidencial. E está prestes a espirrar de novo. Antes crítica das propostas “eleitorais” de corte nos ministérios, uma “cegueira tecnocrática”, segundo suas próprias palavras, Dilma abraçou mais uma tese da oposição. Vai cortar 10 das 39 pastas.

Metade da limpeza, ouve-se no Planalto, atingirá autoridades com status de ministro, mas cujas estruturas seguirão de pé como se nada tivesse acontecido. É o caso do presidente do Banco Central, do advogado-geral da União, do controlador-geral, do chefe do Gabinete de Segurança Institucional e do secretário de Assuntos Estratégicos.

As secretarias de Portos e da Aviação Civil tendem a voltar à estrutura dos Transportes, como no passado. O mesmo vale para a Pesca em relação à Agricultura e para a Micro e Pequena Empresa em relação ao Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Ruma à extinção a Secretaria de Relações Institucionais, cargo vago desde a entrada do vice-presidente, Michel Temer, no comando da articulação política.

O Palácio do Planalto promete ainda cortar mil dos 22 mil cargos de



Sai Eduardo Cunha, entra Gilmar Mendes

Aécio Neves e seguidores tinham um roteiro prévio. A queda de Dilma Rousseff se daria por meio de um processo de *impeachment* aberto na Câmara pelo desatinado Eduardo Cunha, com base em um parecer do Tribunal de Contas da União, que rejeitaria as contas fiscais do governo em 2014. A falta de apoio político e a denúncia contra Cunha impuseram uma mudança de rumo. Aposta-se agora em quatro votos no Tribunal Superior Eleitoral em uma manobra liderada por um ministro de indisfarçáveis ligações com o tucanato, Gilmar Mendes.

Por conta de algumas iniciativas, Mendes tem causado apreensão no Palácio do Planalto e no PT. Relator das contas de campanha de Dilma logo após a eleição, o ministro dera parecer favorável à documentação. Fez somente três ressalvas. O relatório fora aprovado pelo TSE por unanimidade em dezembro. Gilmar Mendes resolveu, porém, desarquivar o caso. Às vésperas

das recentes passeatas “Fora Dilma”, pediu novas investigações, “tendo em vista fatos amplamente noticiados”, entre eles, doações ao PT de empreiteiras envolvidas na Lava Jato. Nada a ver com as “ressalvas” originais.

O ministro também arrumou uma maneira de reviver uma ação sepultada do PSDB para impugnar a candidatura de Dilma. A ação alega abuso de poder político na campanha. É de janeiro e foi engavetada em fevereiro pela relatora, Maria Thereza de Assis Moura. Um recurso impetrado por advogados tucanos contra a decisão da ministra permitiu a Mendes liderar uma reviravolta. Ele seguiu o julgamento do recurso em março, ao pedir tempo para analisá-lo, e só o devolveu agora, igualmente às vésperas das marchas anti-Dilma. Segundo ele, a relatora estava errada e a ação precisa continuar. Dos sete ministros do TSE, três concordaram com Mendes, embora o julgamento siga inconcluso.

No que depender das manobras, a ação de impugnação sairá das mãos de



Mercadante e Levy são os reis da problemática. Padilha pode ganhar superpoderes, apesar do telhado de vidro

confiança. Tudo somado, a economia de recursos com a reforma administrativa será irrisória, como se admite no governo. Caso se considere o salário de um ministro (30,9 mil reais mensais) e o valor médio recebido pelos cargos de confiança, a poupança não chega a 100 milhões por ano. O dinheiro não é, porém, a razão principal da reestruturação. “Quero tornar eficiente o gasto”, disse Dilma. Promessa? Estratégias políticas pesam, e muito. Uma delas visa aproveitar a oportunidade para montar outra tropa de apoio no Congresso. A base construída

em dezembro de 2014, diz um ministro, não serve mais. A bagunça provocada pela ascensão de Cunha ao comando da Câmara matou os velhos planos.

O PMDB é candidato a perder e a ganhar simultaneamente. Estão com o partido três das quatro secretarias em risco: Pesca, Portos e Aeroportos. Ao mesmo tempo, caso o Ministério dos Transportes de fato receba as duas últimas, sairá fortalecido e pronto para ter à frente um peemedebista, o que não ocorre hoje. O candidato já ocupou o posto. O gaúcho Eliseu Padilha comandou a pasta por quatro anos, na gestão Fernando Henrique Cardoso. Em Brasília, há quem o veja como o grande nome da era FHC na conquista de votos no Congresso. Padilha tem, no entanto, telhado de vidro. Deixou o cargo em 2001 em meio a um festival de denúncias de malfeitos no setor e com o desairoso epíteto de Eliseu “Quadrilha”.

Além do rearranjo da base aliada, a reforma administrativa tem o objetivo propagandístico de transmitir um sinal de austeridade à sociedade e ao Congresso. Ou assim deseja o Planalto. Em tempos de ajuste fiscal, “corte na carne” é música para ouvidos ortodoxos e eleitores mal informados. Para reforçar a mensagem de que se esforça para reduzir despesas, o governo anunciou ainda uma espécie de saldão de terrenos e imóveis públicos. As vendas começam em breve e podem arrecadar até 1,7 bilhão de reais. Parte do dinheiro será investida na construção de prédios novos em Brasília para acomodar servidores, o que permitiria ao governo economizar até 100 milhões de reais por ano em aluguel.

Caso seja bem-sucedido em convencer o País de seu genuíno esforço de controle de gastos, o governo talvez consiga

Assis Moura e passará àquelas do corredor do TSE, João Otávio Noronha. A exemplo de Mendes, Noronha deve ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso o cargo na cúpula do Judiciário. Foi nomeado para o Superior Tribunal de Justiça por FHC em dezembro de 2002. A esperança petista é de que o caso não volte ao plenário antes da aposentadoria de Noronha, em outubro. Quando isso acontecer, a corregedoria será assumida por Assis Moura, descrita como pouco afeita a pressões políticas.

Um sinal de que a disputa vai esquentar no TSE foi a decisão de Dilma de reativar a equipe de advogados de sua campanha. O time está mobilizado e prepara-se para trabalhar duro nos

próximos 30 dias, com o objetivo de liquidar todas as contestações eleitorais. E Aécio que se prepare para o troco. Suas contas de campanha ainda estão pendentes de julgamento no TSE, e há petista em busca de irregularidades. O senador mineiro igualmente remontou o núcleo de defensores dos tempos eleitorais. Três de seus advogados, que no passado foram ministros do TSE, estão de volta à ativa, para jogar no ataque e na defesa.

Quando Dilma foi diplomada pelo tribunal em dezembro, o presidente da Corte, José Dias Toffoli, ex-advogado petista hoje distante do partido, disse que não haveria terceiro turno. Aparentemente, ignorou o “fator Mendes”.



O ministro assumiu a comissão de frente pró-impeachment

JOSÉ CRUZ/ABR, MARCELO CAMARGO/ABR E ANDRÉ COELHO/AG. O GLOBO

o aval parlamentar para cobrar mais impostos a partir do ano que vem. A proposta de Orçamento de 2016 está prevista para ser enviada ao Legislativo na segunda-feira 31 com a previsão de alta de tributos. Dilma resolveu bancar a decisão no domingo 23, em reunião com auxiliares da qual não participou o ministro da Fazenda, Joaquim Levy. Liberado, Levy viajara aos Estados Unidos para despedir-se de uma filha que passará um ano na China.

No leque de opções de novos tributos estão a taxação de grandes fortunas, maiores alíquotas para transmissão de heranças, fim de isenção de Imposto de Renda sobre lucros e dividendos e a recriação da eficiente, porém atacada CPMF. Bastou a ideia de ressuscitar o “Imposto do Cheque” para empresários, e líderes do PMDB, de forma mais ou menos incisiva, se opuseram à ideia. Segundo o vice Michel Temer, a proposta ainda não está madura. Renan Calheiros, presidente do Senado, diz se preocupar com o aumento de tributos. Eduardo Cunha, presidente da Câmara e opositor, afirmou que o projeto enfrentará muita resistência dos parlamentares.

Disposta a reassumir o protagonismo, a presidenta fez uma manobra temerária. Importante no desmonte das armadilhas de agosto, Temer iniciou a última semana disposto a abandonar a articulação política. Depois de uma conversa com Dilma e, na sequência, com Calheiros, decidiu esperar mais um pouco. Para todos os efeitos, apenas deixará de cuidar da negociação de cargos e emendas parlamentares, o chamado “varejo”. Em tese, continuará a conversar com deputados, senadores, governadores, integrantes do Judiciário e empresários. Segundo uma fonte do Palácio do Planalto, a entrevista da segunda 24 tinha um objetivo,

Setubal, do Itaú, e Trabuco, do Bradesco, não veem motivos para o impeachment

afagar o vice. No encontro com jornalistas, Dilma definiu Temer como “imprescindível” e garantiu que ele “tem sido de imensa lealdade”.

A saída total do vice da função, diz um ministro, adicionaria mais insegurança política a um ambiente com alguma melhora, mas ainda preocupantemente instável. O aparente atrito com Temer, define, seria natural, pois Dilma, aos poucos e diante de um horizonte um pouco mais desanuviado, tenderia a voltar à linha de frente. Para outro ministro, Temer, em parceria com Padilha, “salvou o governo” e não há justificativa para sabotá-lo.

Desde meados de agosto, o vice sente-se incomodado. Em boa medida, por culpa da presidenta. Alguns dos gestos da petista foram interpretados pelo peemedebista como um sinal de perda de prestígio e força. Um caso: o ex-chefe de gabinete de Dilma, Giles Azevedo, passou a fazer contatos com políticos e parlamentares à revelia de Temer. A presidenta parece alimentar certa desconfiança em relação ao companheiro de chapa desde a declaração deste de que era preciso “algum (com) capacidade de reunificar a todos”. O vice garante ter pensado na

mandatária, enviado um recado para ela tomar a iniciativa. Os Iagos de plantão em Brasília alimentaram, no entanto, a intriga. Temer, sopraram no ouvido da Otelo de saias, apresentava-se como alternativa de poder. E aí desenhou-se uma tragicomédia, sem maiores consequências, por enquanto.

O vice queixa-se ainda de ministros que teriam complicado sua tarefa. Um deles seria o chefe da Casa Civil, Aloizio Mercadante. O outro, Levy. Se antes resolvera livrar o titular da Fazenda da orfandade política em Brasília, agora Temer junta-se ao time dos descontentes. Sentiu na pele a falta de jogo de cintura do ministro. Enquanto o vice negociava com senadores a votação da lei que retoma a cobrança de contribuição patrimonial sobre a folha de salários em diversos setores econômicos, Levy foi intransigente e chegou a dizer que era melhor desistir de todo o projeto. Não estranha que o presidente da Fiesp, Paulo Skaf, peemedebista aliado a Temer, venha a público criticar o ministro: “Não há nenhum estímulo à retomada da economia” e “pelo visto, para o ministro, terminar o ano com 1,5 milhão de empregos a menos parece não ser um problema”.

Com a primavera a bater na porta e ante a promessa de mais um recomeço, Dilma Rousseff poderia lembrar-se de um velho provérbio: “Cada um colhe o que planta”.

CLEIBY TREVISAN

